



**ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMON
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS
SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPAIS DE TIMON
LEI MUNICIPAL Nº 1015/93
Praça São José Nº 100, Centro Timon-MA**

CONTRATO Nº. 001/2022

Ref: Processo Administrativo N.º 001/2022

Solicitação de Dispensa Nº 001/2022

**TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI
CELEBRAM O (A) – O INSTITUTO DE
PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES
PUBLICOS MUNICIPAIS DE TIMON, I.P.M.T.
E A EMPRESA: LB GOMES.**

O INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAL DE TIMON – I.P.M.T. Inscrito no CNPJ sob o nº 97.421.762/0001-01, neste ato denominado CONTRATANTE, com sede na Praça São José, 100 – Centro, na Cidade de TIMON-MA, representado por **LÁZARO MARTINS ARAUJO**, CPF: 001.351.043-60, casado, residente na Rua Coronel Falcão, nº 103, centro, Timon/Ma, E A EMPRESA: **LB GOMES**, CNPJ Nº 10.781.826/0001-99, localizado na Av. Campos Sales, nº 982, Centro, Teresina/PI, doravante denominado CONTRATADO, representado pelo Senhor: **LENNILBERTO BATISTA GOMES**, Empresário, Brasileiro, solteiro, portador do RG nº 5032494-2 SSP/PI, inscrito no CPF nº 021.102.463-59, residente e domiciliado na Quadra S nº 31, Residencial Torquato Neto IV, celebram o presente contrato, decorrente de Dispensa de Licitação, nos termos do art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666, de 21.06.93, com suas alterações posteriores, sob a forma de execução indireta, no regime de empreitada por preço global, sujeitando-se às normas de supramencionado diploma legal, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto deste contrato: Contratação de Prestação de serviços técnicos especializados de comunicação de dados para conexão da rede à internet do IPMT por meio de link dedicado 10MB full duplex em fibra óptica para atender a demanda do IPMT, conforme o limite de vigência contratual previsto no artigo 57 da Lei nº 8.666/93 e decreto nº 9412/18.

Itens	Quant.	Especificação	Valor Unit	Valor Total
01	08	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	R\$ 1.980,00	R\$ 15.840,00

Handwritten signatures in blue ink.

		TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE DADOS E CONEXÃO DA REDE À INTERNET POR LINK DEDICADO 10MB FULL DUPLEX FIBRA ÓPTICA.		
Valor Total				RS 15.840,00

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO E DA FUNDAMENTAÇÃO

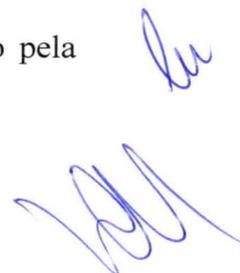
O presente contrato está vinculado ao procedimento de Dispensa de Licitação 001/2022, e tem como fundamentação legal o Artigo 24, II, da Lei 8.666/93.

I - Fazem parte deste contrato o Processo Administrativo n.º 001/2022 com todas as suas peças entre elas: solicitação, termo de referência com as especificações do serviço e justificativa para a contratação, proposta de serviço e preço, cujas disposições devem ser integralmente cumpridas, mesmo que aqui não tenham sido reproduzidas ou contempladas.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

A Contratada obriga-se a:

- a) prestar o serviço conforme especificado na cláusula primeira deste instrumento, observadas as normas legais vigentes, bem como as demais cláusulas e condições contratuais de modo a atender as demandas e determinações da Administração contratante;
- b) manter durante toda execução do contrato todas as condições iniciais;
- c) remeter Nota Fiscal/Fatura correspondente à prestação do serviço com identificação da conta bancária;
- d) responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais e fiscais resultantes da execução deste contrato;
- e) responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo em decorrência do serviço, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento do contrato pela contratante;
- f) reparar, corrigir, remover, substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços;
- g) não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução do serviço objeto do presente contrato;
- h) atender de forma imediata a solicitação, notificações, comunicado da administração contratante, dentro do objeto do contrato;
- i) dar suporte à contratante na construção dos roteiros quanto aos aspectos técnicos do sistema;
- j) manter o sistema em pleno funcionamento com acesso por meio da rede mundial de computadores;
- k) corrigir, em até 48 horas úteis contadas após o recebimento da comunicação pela contratante, eventuais inconsistências do sistema.



CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

A Contratante obriga-se a:

- a) responsabilizar-se, através de seu setor gerenciador, pela conferência da realização dos serviços contratados;
- b) efetuar os pagamentos nos prazos e condições pactuadas;
- c) anotar em registro próprio, através de seu setor gerenciador, todas as ocorrências relacionadas com a execução do presente contrato, conforme art. 67, §1º da Lei Federal n.º 8.666/93, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, caso venham ocorrer;
- d) viabilizar todos os meios necessários ao cumprimento das obrigações contratadas;
- e) definir os critérios de funcionalidade do sistema que atenda a suas necessidades;
- f) criar os roteiros de análise das despesas, definindo os pontos de controle que atendam às suas necessidades;
- g) responsabilizar-se pela atualização dos roteiros em razão de eventuais modificações na legislação pertinente e orientações de órgãos de controle externo;
- h) definir os perfis de usuários do sistema e cadastrar os agentes de acordo com os perfis, responsabilizando-se por eles;
- i) monitorar o uso do sistema pelos usuários, inabilitando aqueles que não atendam aos seus requisitos de acesso;
- j) comunicar a contrata eventuais inconsistências no funcionamento do sistema para correção;
- k) providenciar e definir os mecanismos de integração do sistema com outros sistemas da administração, especialmente sistema de protocolo e de contabilidade.

CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

I - O valor deste contrato é de **R\$ 1.980,00 (mil novecentos e oitenta reais)** mensal, durante 08 (oito) meses, conforme proposta de preço apresentada pela CONTRATADA, que integra este instrumento.

II - O pagamento será efetuado até o décimo dia consecutivo à execução contratual, conforme adimplemento da condição, em moeda corrente nacional, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pela FISCALIZAÇÃO, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencados na legislação em vigor.

III - Nenhum pagamento será efetuado ao contratado enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária (quando for o caso).

IV - Caso haja multa por inadimplemento contratual, será adotado o seguinte procedimento:

- a) a multa será descontada no valor total do respectivo contrato; e
- b) se o valor da multa for superior ao valor devido pelo objeto, responderá o contratado pela diferença a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.



V - As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à contratada para as devidas correções. Nesse caso, o prazo para pagamento começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal/faturas corrigidas.

VI - O Contratante reserva-se o direito de suspender o pagamento se o serviço estiver em desacordo com as especificações constantes no contrato.

VII - As despesas referentes a encargos sociais e trabalhista, decorrentes da execução do serviço estarão incluídas no preço proposto, acima citado.

CLÁUSULA SEXTA- DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa decorrente do objeto deste Contrato correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária: Elemento da Despesa: 3.3.90.39; Recursos: 091; Projeto/Atividade: 2150 – Manutenção do IPMT.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

A fiscalização do presente contrato estará a cargo do setor competente do órgão contratante, por intermédio da servidora efetiva, Erinalda de Sousa Bispo, que fica designada representante da Administração do IPMT nos termos do art. 67 da Lei n.º 8.666/83, o qual registrará todas as ocorrências e deficiências verificadas e encaminhará a ocorrência à CONTRATADA, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

As penalidades administrativas aplicáveis ao Contratado, por inadimplência, estão previstas nos artigos 81, 87, 88 e seus parágrafos, todos da Lei n.º 8.666/83.

I. A multa de mora a ser aplicada por atraso injustificado na execução do contrato, será calculada sobre o valor dos serviços não concluídos ou não iniciados, competindo sua aplicação ao titular do órgão contratante, observando os seguintes percentuais:

a) de 1,0% (um por cento), por dia de atraso, a partir do 1º (primeiro) dia, até último dia do prazo fixado para a execução do serviço, findo o qual a Contratante rescindir o contrato correspondente, aplicando-se ao Contratado as demais sanções previstas na Lei n.º 8.666/83.

I.1. Será aplicada multa de 1,5% (um e meio por cento) sobre o valor da contratação, quando a Contratada:

a) Prestar informações inexatas ou dificultar à fiscalização do órgão Contratante, no cumprimento de suas atividades;

b) Desatender às determinações da fiscalização do Órgão Contratante; e

c) Cometer qualquer infração às normas legais federais, estaduais e municipais, respondendo ainda pelas multas aplicadas pelos órgãos competentes em razão da infração cometida.

I.2. Será aplicada multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da contratação quando a Contratada:

a) Executar os serviços em desacordo com o termo de referência, normas técnicas ou especificações, independentemente da obrigação de fazer as correções necessárias, às suas expensas;

b) Não iniciar, ou recusar-se a executar a correção de qualquer ato que, por imprudência, negligência imperícia dolo ou má fé, venha a causar danos à Contratante

ou a terceiros, independentemente da obrigação da Contratada em reparar os danos causados;

c) Praticar por ação ou omissão, qualquer ato que, por imprudência, negligência, imperícia, dolo ou má fé, venha a causar danos à Contratante ou a terceiros, independentemente da obrigação da Contratada em reparar os danos causados.

II. ADVERTÊNCIA

II.1. A aplicação da penalidade de advertência será efetuada nos seguintes casos:

a) Descumprimento das obrigações assumidas contratualmente, desde que acarretem pequeno prejuízo ao Órgão Contratante, independentemente da aplicação de multa moratória ou de inexecução contratual, e do dever de ressarcir o prejuízo;

b) Execução insatisfatória do objeto contratado, desde que a sua gravidade não recomende o enquadramento nos casos de suspensão temporária ou declaração de inidoneidade;

c) Outras ocorrências que possam acarretar pequenos transtornos ao desenvolvimento das atividades do Órgão Contratante, desde que não sejam passíveis de aplicação das sanções de suspensão temporária e declaração de inidoneidade.

III. SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO DIREITO DE LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO

III.1 A suspensão do direito de licitar e contratar com o poder público municipal de Timon/MA, pode ser aplicada ao contratado cujo inadimplemento(s) culposos(s) prejudicarem a execução do contrato, por fatos graves, cabendo defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da data do recebimento da intimação;

III.2 A penalidade de suspensão temporária do direito de participar de licitações ou contratar com o poder público municipal de Timon/MA, nos seguintes prazos e situações:

a) Por 06 (seis) meses nos seguintes casos:

1 – Atraso no cumprimento das obrigações assumidas contratualmente que tenha acarretado prejuízos significativos para o Órgão Contratante;

2 – Execução insatisfatória do objeto referenciado, se antes tiver havido aplicação da sanção de advertência.

b) Por um ano:

1 – Quando o proponente desistir ou recusar, injustificadamente, de assinar o contrato dentro do prazo estabelecido pelo Órgão Contratante.

c) Por 02 (dois) anos, quando o contratado:

1 - Não concluir os serviços contratados;

2 - Prestar os serviços em desacordo com as especificações ou com qualquer outra irregularidade, contrariando a proposta e o presente termo de referência, não efetuando sua substituição ou correção no prazo determinado pelo Órgão Contratante;

3 - Cometer quaisquer outras irregularidades que acarretem prejuízos ao município de Timon/MA, ensejando a rescisão do contrato ou frustração do procedimento administrativo adotado para a contratação;

4 - Praticar atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da contratação;

5 - Demonstrar não possuir idoneidade para licitar e contratar com o município de Timon/MA, em virtude de atos ilícitos praticados;

6 - Reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações, em razão da execução deste contrato, sem consentimento prévio do Órgão Contratante.

IV. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

IV.1. A declaração de inidoneidade será proposta pelo agente responsável pelo acompanhamento da execução contratual ao Secretário/Autoridade Competente do Órgão Contratante se, constatada a má-fé, ação maliciosa e premeditada em prejuízo do Órgão Contratante, evidência de atuação com interesses escusos ou reincidência de faltas que acarretem prejuízos ao Órgão Contratante ou aplicações sucessivas de outras sanções administrativas.

IV.2. A declaração de inidoneidade implica proibição de licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante o município, após ressarcidos os prejuízos e decorrido o prazo de 02 (dois) anos.

IV.3. A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública será aplicada ao contratado nos casos em que:

- a) tenha sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) praticarem atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da contratação;
- c) demonstrarem não possuir idoneidade para licitar e contratar com o município, em virtude de atos ilícitos praticados;
- d) reproduzirem, divulgarem ou utilizarem em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações em razão de execução dos serviços, sem consentimento prévio do Órgão Contratante, em caso de reincidência;
- e) apresentar ao contratante ou outro órgão da administração pública municipal, qualquer documento falso, ou falsificado no todo ou em parte, com o objetivo de burlar a contratação/licitações, ou no curso da relação contratual;
- f) praticarem fato capitulado como crime pela Lei 8.666/83.

IV.4. Independentemente das sanções a que se referem os itens I. a I.2, a contratada está sujeito ao pagamento de indenização por perdas e danos, podendo ainda o Contratante propor que seja responsabilizado:

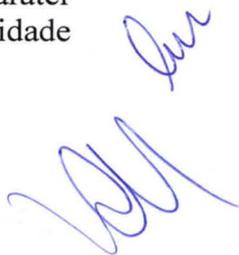
- a) civilmente, nos termos do Código Civil;
- b) perante os órgãos incumbidos de fiscalização das atividades contratadas;
- c) criminalmente, na forma da legislação pertinente.

V. Nenhum pagamento será feito a contratada que tenha sido multado, antes que tal penalidade seja descontada de seus haveres.

VI. As sanções serão aplicadas pelo titular do Órgão Contratante, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo no prazo de 05 (cinco) dias úteis, com exceção da declaração de inidoneidade, cujo prazo de defesa é de 10 (dez) dias da abertura de vista, conforme § 3º do art. 87 da Lei n.º 8.666/83.

VII. Qualquer penalidade aplicada deverá ser comunicada a Controladoria Geral, Procuradoria Geral e a Coordenadoria Geral de Licitações, do município de Timon/MA.

VIII. As multas administrativas previstas neste instrumento, não têm caráter compensatório e assim, o seu pagamento não eximirá a Contratada de responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.



CLÁUSULA NONA - DOS PRAZOS

O contrato terá vigência a partir da data de sua assinatura e publicação, não ultrapassando a data de 30/08/2022.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei. Assim, o contrato a ser celebrado poderá ser rescindido administrativamente, amigavelmente pelas partes, e/ou Judicialmente, diante de fato previsto nos artigos 78 e 79 da Lei n.º 8.666/83.

I. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

II. No caso de rescisão administrativa embasada em razões de interesse do serviço público, previstas na Lei, sem que haja culpa do contratado, este será ressarcido dos prejuízos que houver sofrido regularmente comprovado, tendo ainda direito ao pagamento devido pela execução do Contrato até a data da rescisão.

III. A rescisão administrativa prevista nos incisos I ao inciso XI do art. 78 da Lei 8.666/93 poderá acarretar as consequências, prevista no art. 80 desta mesma Lei, aplicáveis segundo a ocorrência que a justificar, sem prejuízos das sanções previstas.

IV. Não poderão ser invocados como motivo de força maior ou caso fortuito, senão aquele previsto no, parágrafo único do art. 393, do Código Civil Brasileiro.

V. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA ALTERAÇÃO

O presente contrato poderá ser alterado pela CONTRATANTE ou por acordo entre as partes, nas hipóteses previstas nos incisos I e II do artigo 65 da Lei n. 8.666/93.

I - Unilateralmente pela CONTRATANTE:

a) quando houver modificação nas especificações do objeto, para melhor adequação dos seus objetivos;

b) quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, até o limite previsto no § 1º do artigo 65 da Lei Federal n.º 8.666/93.

II - Por acordo entre as partes:

a) quando necessária a modificação do modo de realização do objeto contratado, em face de verificação técnica de inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

b) quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, sem a correspondente contraprestação dos serviços;

c) para manter o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS CASOS OMISSOS

Nos casos omissos deverão ser aplicadas as disposições legais da Lei Federal n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DA PUBLICAÇÃO

O extrato do presente contrato será publicado no Diário Oficial do Município, por conta e ônus da CONTRATANTE, no prazo previsto por Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Timon/MA, para dirimir as questões oriundas deste contrato.

E por assim se acharem, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme as partes, a seguir firmam o presente contrato, em 03 (vias) vias de igual teor e forma, para um só efeito.

Timon-MA, 12 de janeiro de 2022.



LÁZARO MARTINS ARAUJO

PRESIDENTE DO IPMT

Port. 038/2021



Lennilberto Batista Gomes
CPF: 021.102.463-59
RG: 5032494-2
Empresário

LENNILBERTO BATISTA GOMES

Representante da LB GOMES

CPF nº 021.102.463-59

TESTEMUNHAS:

NOME: Thayago Vinicius Coutinho de Sá
CPF: 600398373-60

NOME: Cryslane de A.S. Lima
CPF: 019.970.233-00



Art. 3º Revoga-se as portarias anteriores.

Art. 4º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Portaria nº 002/2021-SMPM

Timon (MA), 09 de fevereiro de 2022.

DESIGNA SERVIDOR PARA LIQUIDANTE DAS DESPESAS REALIZADAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES-SMPM.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES, do Município de Timon-MA, no uso das atribuições, conferidas pelo artigo 53 da Lei Municipal nº 1892/2013.

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR ANDREIA PEREIRA GALVÃO NUNES, Assessora da Coordenadora da Secretaria Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres, Matrícula nº 9218547-1, sem prejuízo as atribuições anteriores para desempenhar a função de liquidante das despesas realizadas pela Secretaria Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres - SMPM, cabendo a atribuição de verificação se as despesas estão em condição de serem pagas.

Art. 2º. A presente designação é feita sem prejuízo das demais atribuições.

Art. 3º. Revogam-se as portarias anteriores.

Art. 4º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Portaria nº 003/2022-SMPM

Timon (MA), 09 fevereiro de 2022.

DESIGNA SERVIDORA PARA EFETUAR ATESTO DE NOTAS FISCAIS DE PRODUTOS/ MATERIAIS E SERVIÇOS ADQUIRIDOS PELA SMPM.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES, DO MUNICÍPIO DE TIMON-MA, no uso das atribuições, conferidas pelo artigo 53 da Lei Municipal nº 1892/2013.

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR SHIRLEY DANIELLE MONTEIRO DE OLIVEIRA, Assessora da Coordenadora da Secretaria Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres, Matrícula nº 205976-3, sem prejuízo as atribuições anteriores para desempenhar a função de fiscal, atinente a execução dos serviços prestados, fornecimento de materiais de consumo e permanente na Secretaria Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres, cabendo a este, atribuições de atestar formalmente, nos autos dos processos, as notas fiscais relativas aos serviços e fornecimentos de material.

Art. 2º. A presente designação é feita sem prejuízo das demais atribuições.

Art. 3º. Revoga-se as portarias anteriores.

Art. 4º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE

MUNICÍPIO DE TIMON – ESTADO DO MARANHÃO

Processo de Inexigibilidade nº 004/2021

Processo Administrativo: nº 240/2021

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para execução de serviços estratégicos de tecnologia da informação, para operacionalização da compensação previdenciária, entre os regimes de previdência, via sistema COMPREV/DATAPREV.

Contratante: Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Timon/MA - IPMT.

Contratado: Empresa De Tecnologia e Informações da Previdência - DATAPREV S.A.

CNPJ: 42.422.253/0001-01

Fundamentação Legal: Art. 25, II da Lei 8.666/93.

Valor estimado mensal: R\$ 600,00 (Seiscentos reais).

Data da Assinatura: 02/02/2022

Vigência: 60 meses.

MUNICÍPIO DE TIMON – ESTADO DO MARANHÃO

Processo de Inexigibilidade nº 001/2022

Processo Administrativo: nº 005/2022

Objeto: Processo de inexigibilidade referente ao pagamento de taxa de anuidade da ANEPREM, referente ao exercício de 2022.

Contratante: Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Timon/MA - IPMT.

Contratado: Associação Nacional de Entidades de Previdência dos Estados e Municípios – ANEPREM.

CNPJ: 02.869.624/0001-75

Fundamentação Legal: Art. 25, II da Lei 8.666/93.

Valor total: R\$ 600,00 (seiscentos reais)

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE TIMON – ESTADO DO MARANHÃO

Extrato de Contrato nº 001/2022

Dispensa de Licitação: nº 001/2022

Processo Administrativo: nº 001/2022

Objeto: Contratação de Prestação de serviços técnicos especializados de comunicação de dados para conexão da rede à internet do IPMT por meio de link dedicado 10MB full duplex em fibra óptica.

Contratante: Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Timon/MA - IPMT.

Contratado: LB GOMES

CNPJ: 10.781.826/0001-99

Fundamentação Legal: Art. 24, II da Lei 8.666/93.

Valor total: R\$ 15.840,00 (quinze mil oitocentos e quarenta reais)

Data da Assinatura: 12/01/2022

Vigência: até 31/08/2022

SEMS

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE – COMSAÚDE

() REPUBLICAÇÃO**

RESOLUÇÃO Nº 86 DE 27 DE JANEIRO DE 2022

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde do Município de Timon Maranhão, em sua 16ª (DÉCIMA SEXTA)

Reunião Ordinária, realizada no dia 27 de Janeiro de 2022 as 8h de forma REMOTA, através do link: meet.google.com/owm-xqzw-vbi, no uso de suas atribuições e competências legais e;

Considerando o disposto na Lei Orgânica da Saúde Nº 8080 de 19 de setembro de 1.990, na Lei Nº 8.142, de 28 de setembro de 1.990 e Lei Municipal Nº 1.121 de 10 de janeiro de 1.997;

RESOLVE:

Art.1º- Dá parecer favorável de aprovação ao Relatório de Gestão 2º Quadrimestre/2021 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 27 de Janeiro de 2022.

Plenário do Conselho Municipal de Saúde em 27 de Janeiro de 2022.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Timon – Ma, 10 de fevereiro de 2022

LUÍS JOSÉ DA SILVA

Presidente em Exercício

Homologo a presente Resolução, nos termos do art. 16 do regimento Interno do Conselho Municipal de Saúde de Timon Maranhão.

MARCUS VINICIUS CABRAL DA SILVA

Secretário Municipal de Saúde de Timon

RESOLUÇÃO Nº 87 DE 27 DE JANEIRO DE 2022

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde do Município de Timon Maranhão, em sua 16ª (DÉCIMA SEXTA)

Reunião Ordinária, realizada no dia 27 de Janeiro de 2022 as 8h de forma REMOTA, através do link: meet.google.com/owm-xqzw-vbi, no uso de suas atribuições e competências legais e;

Considerando o disposto na Lei Orgânica da Saúde Nº 8080 de 19 de setembro de 1.990, na Lei Nº 8.142, de 28

de setembro de 1.990 e Lei Municipal Nº 1.121 de 10 de janeiro de 1.997;

RESOLVE:

Art.1º- Aprovar a prorrogação dos mandatos dos atuais conselheiros de saúde, por 180(Cento e oitenta) dias, a partir de 19/02/2022, estendendo até 19/08/2022, em conformidade com a Resolução Nº 654, de 01 de Abril de 2021 do Conselho Nacional de Saúde.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário do Conselho Municipal de Saúde em 27 de Janeiro de 2021.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Timon – Ma, 10 de fevereiro de 2022

LUÍS JOSÉ DA SILVA

Presidente em Exercício

Homologo a presente Resolução, nos termos do art. 16 do regimento Interno do Conselho Municipal de Saúde de Timon Maranhão.

MARCUS VINICIUS CABRAL DA SILVA

Secretário Municipal de Saúde de Timon.

RESOLUÇÃO Nº 88 DE 27 DE JANEIRO DE 2022

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde do Município de Timon Maranhão, em sua 16ª (DÉCIMA SEXTA) **Reunião Ordinária**, realizada no dia 27 de Janeiro de 2022 as 8h de forma REMOTA, através do link: meet.google.com/owm-xqzw-vbi, no uso de suas atribuições e competências legais e;

Considerando o disposto na Lei Orgânica da Saúde Nº 8080 de 19 de setembro de 1.990, na Lei Nº 8.142, de 28 de setembro de 1.990 e Lei Municipal Nº 1.121 de 10 de janeiro de 1.997;

RESOLVE:

Art.1º- Aprovar a realização da Conferência Municipal de Saúde Mental.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário do Conselho Municipal de Saúde em 27 de Janeiro de 2021.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Timon – Ma, 10 de fevereiro de 2022

LUÍS JOSÉ DA SILVA

Presidente em Exercício

Homologo a presente Resolução, nos termos do art. 16 do regimento Interno do Conselho Municipal de Saúde de Timon Maranhão.

MARCUS VINICIUS CABRAL DA SILVA

Secretário Municipal de Saúde de Timon.

RESOLUÇÃO Nº 89 DE 27 DE JANEIRO DE 2022

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde do Município de Timon Maranhão, em sua 16ª (DÉCIMA SEXTA) **Reunião Ordinária**, realizada no dia 27 de Janeiro de 2022 as 8h de forma REMOTA, através do link: meet.google.com/owm-xqzw-vbi, no uso de suas atribuições e competências legais e;

Considerando o disposto na Lei Orgânica da Saúde Nº 8080 de 19 de setembro de 1.990, na Lei Nº 8.142, de 28 de setembro de 1.990 e Lei Municipal Nº 1.121 de 10 de janeiro de 1.997;

RESOLVE:

Art.1º- Aprovar a reapresentação de Propostas aprovadas na última Conferência Municipal de Saúde, e não implementadas pela gestão, para compor o Plano Municipal de Saúde 2022/2025, em conformidade com a Resolução Nº 654 do Conselho Nacional de Saúde, como assim a Resolução Nº 004 de 07 de junho de 2021 do Conselho Estadual de Saúde.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário do Conselho Municipal de Saúde em 27 de Janeiro de 2021.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Timon – Ma, 10 de fevereiro de 2022

LUÍS JOSÉ DA SILVA

Presidente em Exercício

Homologo a presente Resolução, nos termos do art. 16 do regimento Interno do Conselho Municipal de Saúde de Timon Maranhão.

MARCUS VINICIUS CABRAL DA SILVA

Secretário Municipal de Saúde de Timon.

RESOLUÇÃO Nº 90 DE 27 DE JANEIRO DE 2022

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde do Município de Timon Maranhão, em sua 16ª (DÉCIMA SEXTA) **Reunião Ordinária**, realizada no dia 27 de Janeiro de 2022 as 8h de forma REMOTA, através do link: meet.google.com/owm-xqzw-vbi, no uso de suas atribuições e competências legais e;

Considerando o disposto na Lei Orgânica da Saúde Nº 8080 de 19 de setembro de 1.990, na Lei Nº 8.142, de 28 de setembro de 1.990 e Lei Municipal Nº 1.121 de 10 de janeiro de 1.997;

RESOLVE:

Art.1º- Aprovar a reapresentação de Propostas aprovadas na última Conferência Municipal de Saúde, e não implementadas pela gestão, para compor o Plano Municipal de Saúde 2022/2025, em conformidade com a Resolução Nº 654 do Conselho Nacional de Saúde, como assim a Resolução Nº 004 de 07 de junho de 2021 do Conselho Estadual de Saúde.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário do Conselho Municipal de Saúde em 27 de Janeiro de 2021.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Timon – Ma, 10 de fevereiro de 2022

LUÍS JOSÉ DA SILVA

Presidente em Exercício

Homologo a presente Resolução, nos termos do art. 16 do regimento Interno do Conselho Municipal de Saúde de Timon Maranhão.

MARCUS VINICIUS CABRAL DA SILVA

Secretário Municipal de Saúde de Timon.